

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 7 DE JANEIRO DE 2000**

-----Aos sete dias do mês de Janeiro de dois mil, nas instalações da Associação de Cultura e Recreio União Trabalhadora Zambujalense - ACRUTZ, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelos Srs. Américo Manuel Machado Gegaloto e João Paulo Marques Dionísio, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. Criação do Quadro de Pessoal da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e afectação das despesas com o pessoal pelo Município de Sesimbra; -----

-----2. Cargos Dirigentes – Despesas de Representação. -----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Miguel Maria Ferraz Alarcão, Américo Manuel Machado Gegaloto, João Manuel Coelho Capítulo, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, António Jorge Pinto Alves, João Paulo Marques Dionísio, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Maria da Conceição Moraes Matias, José António Caeiro Correia, João da Silva Lopes, Joaquim Manuel Martelo Ferreira, Aires Patrício Fernandes Lisboa, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, José Pedro Simplício Francisco, Ana Maria Gaboleiro Santos Covacich, Fernando Anjos Cheis, António Augusto Vieira Gomes, Augusto António Marques Duarte e Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz. -----

-----Comprovada a existência de quorum, vinte e uma presenças, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. -----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente Manuel José Pereira, e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos e Manuel Adelino Januário Bernardino.-----

-----Informou, depois, que o Membro António Fernando Batalha Alves da Bancada do PS havia solicitado a suspensão do seu mandato, pelo período de 90 dias e por motivos profissionais, tendo convocado o Membro a seguir na ordem da respectiva lista, Rosa Amigo Ribeiro Sousa Gomes. ----

-----Assim, perguntava ao Plenário se tinha alguma objecção à aceitação da suspensão acima referida. -----

-----Como nenhum Membro colocou qualquer objecção, o pedido de suspensão foi aceite e o Membro Rosa Amigo Ribeiro Sousa Gomes presente na sala, ocupou o lugar na Bancada.-----

-----Nesta conformidade, passou-se a registar vinte e duas presenças, e duas ausências, as dos Membros Mário Cascais Xavier e Francisco Caupers de Sousa Alvim. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Direcção da Associação de Cultura e Recreio União Trabalhadora Zambujalense a cedência da sala para a realização desta sessão. -----

----- Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, ele fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntava ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, mas nenhum Membro diligenciou nesse sentido. -----

-----Seguidamente, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **Período de “Antes da Ordem do Dia”**, lembrando que de acordo com o Regimento este Período era de 30 minutos. -----

-----Usou da palavra **o Membro Miguel Bastos**, que disse que ía apresentar uma Moção que estava relacionada com a ligação Rodo-ferroviária da Margem Sul a Lisboa no que dizia respeito aos utentes do Concelho de Sesimbra. -----

-----A sua Bancada tinha sido abordada por vários munícipes alertando para o facto de a utilização da estação da Amora, utilizada em detrimento da do Fogueteiro, obrigar não só os munícipes de Sesimbra a uma maior perda de tempo porque se metiam no trânsito da zona, ao contrário do que aconteceria se o acesso fosse directo ao Fogueteiro, como também havia uma acumulação de passageiros daquela zona, ao contrário do que aconteceria no Fogueteiro que era uma estação de partida. -----

-----Porque a questão era pertinente e era sua obrigação zelar e defender os interesses das populações de Sesimbra que tantas vezes eram martirizadas e sacrificadas com o problema da travessia do Tejo, que infelizmente não se vislumbrava soluções nos próximos anos que melhorassem significativamente o problema, mas não deixando passar a preocupação na procura de soluções parecia-lhe pertinente alertar o Governo Central para a questão e solicitar o seu empenhamento no sentido das empresas rodo-ferroviárias que operavam no sector procurarem soluções mais adequadas e que facilitassem os interesses da população do Concelho. Nesse sentido passava a apresentar a seguinte Moção:-----

-----“A ligação ferroviária da Margem Sul do Tejo a Lisboa veio trazer novas esperanças no

processo de solução que minimizem o “calvário diário” que constitui a necessidade diária de deslocação a Lisboa pela população da Margem Sul. No entanto a solução orgânico-funcional que foi implementada para os sesimbrenses em que a ligação rodo-ferroviária se efectua na Estação da Amora em detrimento da estação do Fogueteiro veio prejudicar significativamente todos aqueles que procuram na utilização do comboio uma alternativa válida nas deslocações à capital. -----

-----Assim sendo a Assembleia Municipal de Sesimbra solicita ao Governo Central que se empenhe junto das empresas que operam neste sector, rodoviárias e ferroviárias, com o fim de melhorar os serviços prestados e que a Estação do Fogueteiro passe a ser aquela que serve a população de Sesimbra.” -----

-----**O Membro Conceição Morais** disse que concordava com o conteúdo da Moção e complementou que o nome da Estação da Amora era “Foros da Amora”.-----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse que sendo Sesimbra um Concelho com uma área virada para o turismo, a passagem do século, ou do milénio, fora um pouco confrangedora porque a partir de uma certa hora, nomeadamente na freguesia de Santiago, Sesimbra era uma terra deserta, ou seja, nem restauração, nem animação, nem o que pudesse servir de suporte a quem visitara Sesimbra. Naquele dia, encontrava-se tudo fechado, se não na totalidade, pelo menos grande parte. Por outro lado era conhecido que as unidades hoteleiras em funcionamento, com os seus espectáculos e programas de passagem de ano estavam completamente lotadas e quem não enveredava pelos preços altos em termos de um “reveillon” teria que forçosamente se canalizar direito à Vila para comer qualquer coisa e tinha conhecimento que uma dezena larga de pessoas não tinham tido outra solução senão fecharem-se nos quartos a comer sanduíches ou bolos porque não havia nada em termos de atractivos. -----

-----Como era sabido, para se conseguir ganhar pessoas em termos turísticos podia levar anos mas para se perder, provavelmente uma iniciativa daquele género era o suficiente e perdia-se dezenas delas. Gostaria de saber se dentro das possibilidades, filosofia e competência da Câmara o que é que conseguira fazer para se dar uma resposta mais cabal dentro do sentimento daqueles que procuravam Sesimbra. -----

-----Disse depois que aquando da discussão do Orçamento do Estado fora divulgado na comunicação social uma nota do Conselho Superior Militar sobre as verbas distribuídas pelos três ramos das forças armadas. A sua preocupação era por nesse comunicado ser referido o seguinte:

“missões de interesse público no âmbito das forças armadas poderão ou irão ficar condenadas se porventura não houver um alargamento em termos financeiros para o seu orçamento, e então operações de fiscalização da pesca ficariam em “stand by”, operações de busca nas nossas águas em “stand by”, e operações de salvamento no mar o mesmo”. Não sabia se aquilo não passaria de uma acção de protesto e forma de pressão por parte daquele órgão das Forças Armadas no sentido de conseguirem mais dinheiro ou se realmente era aquela a intenção, o que realmente era para preocupar porque poderia haver uma situação mais gravosa em termos do sector das pescas. Era preocupante quando órgãos daquele nível de um poder de um País, para conseguirem mais dinheiro pusessem, em comunicado público, assuntos daquela natureza. -----

-----**O Membro José António** disse que há uns meses a esta parte se vinha a assistir a um abate, indiscriminado, de árvores na Quinta do Conde. Tendo em conta que o Plano de Urbanização da Quinta do Conde proibia o abate de árvores e que as Normas Provisórias feitas e aprovadas pelo PS apontava nesse sentido, perguntava à Câmara se tinha autorizado e com que base, ou se não autorizava que medidas estava a tomar. Já levantara o assunto na Assembleia de Freguesia mas continuava-se a verificar o abate das árvores. -----

-----Disse depois que alguns blocos de habitação na Quinta do Conde já estavam a utilizar a ETAR, assim como algumas instituições, mas as moradias ainda não tinham tido esse privilégio, pelo que perguntava à Câmara a razão. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** corrigiu o Membro anterior dizendo que as Normas Provisórias não tinham sido aprovadas pelo PS mas pelos Órgãos Autárquicos, quanto muito pelos Membros do PS nos Órgãos Autárquicos. -----

-----**O Membro José Pedro** referindo-se à proposta apresentada pelo PS, disse que era utilizador do serviço focado. Parecia-lhe que a questão tinha interesse mas sugeria que se procedesse a uma adenda porque centrando a questão no facto do serviço de transporte público colectivo ser assegurado não directamente à estação do Fogueteiro mas sim à Estação de Foros em Amora e isso sacrificar ainda mais os utentes, achava que não tinha muita relevância porque eram mais dois ou três quilómetros, havia um acesso através de uma via e operava-se em quatro ou cinco minutos. O que estava em causa era que era um serviço faseado, não era um serviço contínuo ao longo do dia, efectuava-se num período entre as 7 e as 9 e noutro período entre as 16 e as 19, daí que sugerisse que uma vez que se ía avançar com uma proposta a enviar às entidades oficiais que se fizesse um

pedido da possibilidade de extensão do horário de prestação do serviço.-----

-----**O Membro Maria da Conceição** referindo-se à obra de saneamento da bacia disse que tendo em conta que a obra se encontrava parada preocupava-a os prazos que a Câmara tinha que respeitar tendo em conta a comparticipação da União Europeia. Quando colocara a questão há uns tempos atrás numa sessão ficara descansada porque o Presidente da Câmara informara que o prazo tinha sido prorrogado por 6 meses, o que dava até Junho de 2000, uma vez que a obra tinha sido inicialmente contemplada com prazo limite de Dezembro de 1999, neste momento o facto da obra estar parada levava novamente a que ficasse preocupada face ao não eventual respeito dos prazos, pelo que perguntava se aquilo não implicava o não cumprimento por parte da União Europeia, isto é a sua comparticipação financeira. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que a questão do Membro Carlos Afonso relativamente ao papel das Forças Armadas numa democracia estabilizada era pertinente porque na sua opinião as Forças Armadas tinham que ser, para a sociedade civil, um vector de sustentação de segurança, e portanto não era admissível, a seu ver, qualquer tipo de coacções que visassem o detrimento da componente e do seu papel junto da sociedade civil em relação a acções ou equipamentos militares que sinceramente, como país pequeno que Portugal era e com uma economia que não era muito sólida em termos de grandes despesas era “ridículo” pretender umas Forças Armadas, no mundo actual de defesa estabilizada. Sugeriu que o tema fosse pegado por uma comissão porque pensava que podia ser de interesse para a análise da Assembleia Municipal. Lembrava-se por exemplo do problema da Islândia que não tinha forças armadas. Não estava a defender que aquela fosse a posição mais correcta mas o que era facto era que a opinião pública conduzia muitas vezes ao longo dos anos a determinado tipo de influências ou inflecções dos Países em relação às opções que iam tomando. -----

-----Quanto à sua Moção ela visava ser um contributo na procura de soluções e não havendo urgência na sua aprovação, se a Assembleia Municipal concordasse o assunto seria retomado numa próxima sessão reforçado com a ideia dada pelo Membro José Pedro e com outras que entretanto pudessem surgir por forma a criar uma Moção mais enquadrada sobre o problema do comboio, até porque quem se via diariamente debatido com a necessidade de se ter que deslocar a Lisboa era aflitiva a situação. O comboio viera dar uma ajuda mas não resolvera o problema e por exemplo ele não tinha alternativa de transporte para a sua vida que não fosse o automóvel e via o futuro muito

negro sem qualquer tipo de solução. Portanto se não houvesse objecção suspenderia a Moção no sentido de ser melhorada e complementada com as ideias que os Membros achassem convenientes.

-----Cedido o uso da palavra ao **Presidente da Câmara** este iniciou por responder ao Membro Carlos Afonso sobre a passagem do ano dizendo que também aquele facto preocupara a Câmara mesmo antes da passagem do ano porque tomara conhecimento que alguma restauração iria encerrar assim como os proprietários das discotecas não estavam interessados em abrir as portas. A Câmara concluía que qualquer actividade teria que ser ao ar livre porque estar a meter os jovens dentro de um recinto não fazia muito sentido porque poderia levar a que fossem criadas algumas situações mais complicadas. Falara com alguns proprietários de restaurantes que lhe disseram que o pessoal também se queria divertir. Falara com o Helder Chagas que dissera que iria ter o restaurante aberto e fazer a passagem de ano. Quanto às discotecas não vira vontade de estarem abertas e a realidade era que passara pela marginal passado pouco tempo da meia-noite e era significativo o n.º de pessoas, mas depois, por volta das 3 horas, para uma passagem de ano para o ano 2000 era um bocado desolador ver-se tão poucos jovens a passear na marginal. -----

-----A Câmara fizera aquilo que de facto poderia fazer mas mais não podia fazer.-----

-----Quanto à questão colocada pelo Membro José António no que respeita ao abate de árvores disse que o que tinha conhecimento fora o abate de árvores junto à Igreja do Conde 1 a mandado do Padre que lá estava há pouco tempo. Tanto ele como o Vereador Gameiro tinham tido a oportunidade de dizer que aquilo não podia ser porque obedecia a regras. -----

-----Também os serviços já por várias vezes foram contactados por proprietários de lotes que pediam o corte ou abate de algumas árvores porque criavam situações difíceis. Não tinha conhecimento de outras situações. Mas decerto o Vereador Gameiro daria instruções aos serviços para estarem atentos à situação colocada pelo Membro José António. -----

-----Respondendo depois ao Membro Conceição Morais disse que a obra de saneamento quando fora adjudicada à firma “INTÁGUA”, esta estava a executar uma obra que era o Interceptor do Vale do Paraíso que felizmente não dera qualquer tipo de problemas, nada fazia prever quando a Câmara adjudicara a obra de saneamento da marginal e da Rua da Fé, que a empresa passado algum tempo viesse a ter as dificuldades que infelizmente viriam a acontecer. O Vereador Gameiro complementaria a sua resposta.-----

----- **O Vereador Gameiro** acrescentou, relativamente ao abate de árvores na Quinta do Conde,

que era diário o pedido de novos moradores que chegavam à Quinta do Conde que compravam uma vivenda muito linda mas no dia a seguir estava um pinheiro encostado ao muro da vivenda e dirigiam-se à Câmara dizendo que o pinheiro estava a colocar em causa a segurança dessa mesma vivenda. Eram situações que umas vezes eram canalizadas para a protecção civil quando era alegado que estava em causa a segurança das pessoas e bens. Numas vezes a protecção civil concordava com o corte dos pinheiros e noutras situações, e ele não concordava com os pareceres da protecção civil, referiam que era preferível aparar os pinheiros. Alguns moradores também cortavam pinheiros e era difícil à fiscalização andar à procura de quem andava a cortar pinheiros, porque tomara à fiscalização dar conta das obras que estavam a ser efectuadas na Quinta do Conde.

-----A escada mágiros, a primeira vez que fora utilizada, fora na Quinta do Conde para auxiliar cortes de pinheiros que estavam a colocar em perigo algumas habitações. -----

-----Relativamente à entrada em funcionamento da ETAR da Quinta do Conde o Vereador Gameiro esclareceu que haviam situações na Quinta do Conde em que o esgoto corria para a rua proveniente de fossas dos blocos. Enquanto que a um privado a Câmara podia admoestar e intimar para que procedesse ao despejo da fossa, num bloco acabavam por ser os condomínios, e uns pagavam, outros não pagavam e outros diziam que não tinham fundo de maneo suficiente para pagar o despejo das fossas, e tinha sido por directrizes suas que tinha sido dado prioridade para que as zonas de blocos fossem as primeiras zonas para onde os serviços enviariam a correspondência para os processos andarem mais rapidamente. -----

-----No que respeitava às novas construções, em zonas onde já existia rede ligada ou onde as canalizações estivessem preparadas para chegar à ETAR já não eram executadas fossas. As vivendas que estavam a ser construídas ou a ser licenciadas já não procediam à execução de fossas. Os próprios serviços davam prioridade à ligação das novas edificações. -----

-----Relativamente às obras de saneamento da bacia, informou que a Câmara estava perante uma situação delicada. Era uma empresa que tinha bons pergaminhos, boas informações relativas a obras executadas anteriormente. A obra do saneamento da bacia fora adjudicada e a partir de certa altura a empresa passou a não corresponder àquilo que tinha sido programado. -----

-----A Câmara tinha uma obra da responsabilidade de uma firma que a INTÁGUA tinha comprado que era a Guia Nicho que tinha acabado com problemas, e a Câmara tinha ficado com uma parte da obra por executar mas não iria causar grandes problemas. -----

-----Relativamente à obra de saneamento da bacia, o processo da construção da ETAR estava a decorrer dentro dos prazos estabelecidos, a obra estava a ser executada correctamente e acompanhada pela fiscalização e a informação que tinha era que não havia qualquer problema a apontar na execução da ETAR que era a obra que ia levar a maior quantia em termos de financiamento do poder central e do segundo quadro comunitário de apoio. -----

-----Relativamente à Avenida dos Náufragos a Câmara procurara levar a obra ao máximo possível de espaço e também conseguira que a obra não ficasse, em termos de pavimentação, abandonada. A Câmara conseguira aquilo que tinha prometido aos comerciantes ou seja que a obra ficasse em condições de poder haver circulação dentro daquela área. O problema que se colocava era a Rua da Fé. A Câmara iria por iniciativa própria e com os trabalhadores da Câmara Municipal fazer a execução da ligação da rede de águas, procurar negociar com o sub-empregado que iria pavimentar a Rua da Fé, uma vez que eles já tinham negociado com a “INTÁGUA”. Em termos dos sumidouros que iriam ser colocados na Rua da Fé uma firma do Norte que fazia as fundições recusara-se ultimamente a fornecer os materiais à firma “INTÁGUA”. A Câmara estava a tentar ser ela a adquirir os materiais e numa sub-empregada a atribuir à firma da pavimentação, resolver o problema da Rua da Fé, que neste momento era a que mais preocupava a Câmara Municipal, em termos de resolução, na Vila de Sesimbra. -----

-----Relativamente ao restante da obra, neste momento a Câmara estava em negociações com a firma “INTÁGUA” porque existiam três possibilidades de resolver o problema, era a denúncia do contrato porque não tinham cumprido e seria um processo judicial que demoraria muito tempo, um acordo de rescisão do contrato, que era o que o Gabinete Jurídico já informara, e fora remetido à “INTÁGUA” e em princípio eles iriam aceitar aquele tipo de intervenção, ou seja, a Câmara Municipal iria ter a hipótese, por mutuo acordo, de tomar posse da obra mais cedo, porque se o processo fosse para Tribunal a Câmara não poderia, nos meses mais próximos, mexer na obra. A Câmara estava a negociar com a firma e iria procurar lançar rapidamente um outro concurso, limitado, se possível, faseando a obra, para realização do resto da obra que andaria à volta de 40% da obra adjudicada à “INTÁGUA”. -----

-----O **Membro José António** disse que não se referira na sua intervenção anterior ao abate de pinheiros que punham em risco a segurança das pessoas mas sim ao abate junto à Avenida de Negreiros, em frente ao Café Algarve, de dezenas de pinheiros, e mais recentemente junto da Boa

Água 3, em frente a um largo, também tinham sido abatidos uma dezena de pinheiros. -----

-----Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** encerrou o Período de “Antes da Ordem do Dia”, e deu início à **Ordem de Trabalhos** abrindo a discussão do primeiro ponto “**Criação do Quadro de Pessoal da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e afectação das despesas com o pessoal pelo Município de Sesimbra**”, lembrando que o processo baixara à Comissão “B” que reunira, elaborara acta e remetera a posição para plenário. -----

-----Como ninguém se quis pronunciar o **Presidente da Assembleia Municipal** **colocou à votação o Quadro de Pessoal da A.M.D.S., bem como a afectação das despesas com o pessoal pelo Município de Sesimbra, no montante de 2 239 662\$00 tendo merecido aprovação unânime.** -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** deu, em seguida, início à discussão do ponto 2: “**Cargos Dirigentes – Despesas de Representação**”, tendo informado que o processo baixara à Comissão “B” que o apreciara, emitira acta e remetera a questão para plenário. -----

-----O **Membro Carlos Afonso** disse que gostaria de fazer algumas considerações de carácter político. De facto a Comissão reunira, o Vereador estivera presente e dera as explicações pedidas, todos os Membros tinham ficado elucidados mas a questão política que se punha na matéria era que não estava em causa os técnicos, mas aquela competência da Assembleia Municipal era um bocado caricata porque iriam haver autarquias no País a pagar e autarquias a não pagar, o que considerava uma injustiça. Mesmo autarquias vizinhas teriam procedimentos diferentes. -----

-----Os técnicos tinham reivindicado, o governo entendera avançar com a Lei, a Câmara propusera o pagamento mas quem iria decidir seria a Assembleia Municipal. O único órgão que não tinha a mínima intervenção sobre o assunto era a quem cabia a decisão. -----

-----Todos os Grupos Parlamentares tinham chamado de novo a matéria à Assembleia da República para a corrigir, inclusivamente o Grupo Parlamentar do PS. -----

-----Disse depois que este pagamento de despesas de representação a atribuir aos técnicos não iria contar para efeitos de reforma nem de IRS, portanto era um subsídio que era atribuído. -----

-----Junto com a documentação enviada pela Câmara deveria ter vindo uma informação com o nº. de chefes de divisão e de directores de departamento e qual o custo mensal. Não pretendia saber os nomes das pessoas mas sim o valor mensal ou anual. -----

-----O **Membro Carlos Filipe** disse que lhe era difícil apreciar uma situação daquelas que

considerava melindrosa com um critério de injustiça porque se era verdade que nas autarquias e no estado muitas vezes as pessoas eram mal pagas, e dizia muitas vezes porque alguns mereciam o que ganhavam e outros nem isso, dependia do empenho que as pessoas tinham nos lugares que ocupavam, mas isso era no estado e em todo o lado, devia-se pensar, uma vez que existia um Governo Socialista e existia injustiça no valor dos salários, em repor o valor nos salários dos trabalhadores e portanto repor justiça. O que a Assembleia Municipal estava a fazer era servir de um expediente em que ía fazer um aumento de vencimento a determinadas pessoas que desempenhavam determinados cargos na Câmara Municipal, utilizando as despesas de representação como uma forma de aumento mensal indiscriminada. Entendia que aquela situação era baseada num critério de injustiça relativamente a uns e a outros. -----

-----Tinha alguma dificuldade em votar favoravelmente aquela proposta precisamente pelos critérios de justiça, mas poderia ser convencido que esta era a medida mais justa que se devia tomar.

-----Pensava que o assunto merecia uma reflexão não sobre o que se ía deliberar mas ao conjunto dos funcionários das autarquias locais. -----

-----Disse depois que se os Grupos Parlamentares da Assembleia da República tinham avocado aquela legislação e pretendiam eventualmente introduzir algumas alterações perguntava se ao votar-se hoje a proposta não se estava a constituir direitos sobre os trabalhadores, e se seria depois possível retirar o subsídio. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que haviam questões distintas, uma era objectivamente o que a Assembleia Municipal tinha ou não que decidir, se aprovava ou não a aplicação do Decreto-Lei aos técnicos da Câmara de Sesimbra que estavam em condições para poderem usufruir, e a outra questão era política, ser ou não a Assembleia Municipal a decidir, justiça social em relação aos outros trabalhadores. Tinha esperança que a lucidez dos Partidos Políticos e da Assembleia da República viesse a permitir que a bagunça da heterogeneidade de posições fosse corrigida. Não acreditava e se tal se verificasse lamentava profundamente que alguma Assembleia Municipal, nomeadamente das proximidades, viesse a rejeitar por questões meramente circunstanciais este tipo de proposta. -----

-----Os membros anteriores haviam levantado questões pertinentes embora ele não tivesse a mesma interpretação formal que o Membro Carlos Filipe utilizara em alguns aspectos, mas a questão política de base era que não se podia esquecer que infelizmente Portugal era um País pobre,

o pessoal da administração pública quer central quer local, era mal pago, todos sabiam que a diferença de vencimentos, em termos do nosso País para a Europa era grande. Também se sabia que quer a administração central como a local se debatiam com graves problemas de desertificação dos técnicos qualificados das suas fileiras. Era claro que não concordava que este fosse o método de solução, mas quando o Membro Carlos Filipe colocava a questão de se criar critérios de justiça e que se as coisas estavam mal tinham que ser corrigidas, ele estava de acordo com ele mas o País não estava em condições para poder corrigir globalmente.-----

-----Dentro de um critério meramente político, aquela proposta poderia ser um incentivo à permanência dos técnicos, independentemente de merecerem ou não, porque o merecimento ou não existia em todos os lados quer públicos ou privados, embora nos privados houvesse mais facilidade para corrigir.-----

-----A Bancada do PS apoiava a proposta e considerava, sob o ponto de vista formal, que os Grupos Parlamentares na Assembleia da República deviam assumir a ratificação do documento de forma a que isto não dependesse das Assembleias Municipais e fosse semelhante ao que acontecera no poder central. -----

-----**O Membro João Capítulo** disse que não sabia se haveriam muitas Assembleias Municipais com coragem para votar contra. Por vezes as pessoas queixavam-se que as Assembleias Municipais tinham pouco poder, este era um poder recente, não sabia se seria a melhor forma de dar poder mas dera uma grande responsabilidade. -----

-----Disse depois que esta situação não iria contar para a reforma, mas estava sujeita a IRS. -----

-----Não sabia quem eram os beneficiários, mas não se devia com os receios criar mais alguma injustiça uma vez que a nível dos funcionários da administração central aquele subsídio já estava consagrado na lei. Se a Assembleia Municipal dissesse que não, aí sim, estaria a criar uma injustiça a relegar para um plano diferente os funcionários da autarquia em relação aos seus colegas do poder central. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que sempre que possível devia-se tentar melhorar as situações e não aceitava a explicação do Membro Miguel Bastos quando este afirmava que Portugal era um País pobrezinho, Portugal era um País desorganizadinho e toda a estrutura de pessoal da administração devia ser repensada, porque não se podia querer ter muita gente para fazer muita coisa e pagar pouco, e se se queria ter bons técnicos no estado então devia-se pagar o que mereciam

e não era com este esquema das despesas de representação que era tapar o sol com a peneira com mais um subsídio. -----

-----Do ponto de vista global entendia que não ía resolver coisa nenhuma mas criar critérios de injustiça relativamente aos outros funcionários da Câmara Municipal que não podiam usufruir daquele tipo de subsídio. -----

-----Como agora havia um Ministro da Reforma Administrativa e a Câmara Municipal estava a estudar o novo quadro de pessoal, as Câmaras deviam pensar bem nisto para se ter uma administração bem paga, funcionários bem pagos e chefias bem pagas. -----

-----**O Membro António Jorge** quanto à questão do Membro Carlos Afonso sobre o n.º de funcionários que iriam ser abrangidos por este abono, esclareceu que aquela informação fora dada pelo Vereador na reunião da Comissão, e para saber o total mensal bastava fazer um pequeno cálculo matemático. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que utilizara a expressão do País pobrezinho como uma forma simplista de colocar a questão para não entrar em grandes dissertações filosóficas ou culturais. Era claro que a sua Bancada tinha outras preocupações que a Bancada do Membro Carlos Filipe não teria, porque ele dizia e estava de acordo que se devia pagar bem aos técnicos para se ter técnicos competentes e capazes e que dessem uma produtividade aceitável, mas se ía pagar bem aos técnicos e não actualizava paralelamente os ordenados dos diversos escalões sociais da Câmara Municipal iria criar uma situação de uma grande injustiça social e “decalage” socio-económica que o seu Partido não defendia, e resumir a questão da riqueza do organismo estatal numa questão de organização e que o País pagava mal aos funcionários e o ordenado mínimo nacional era o que era porque era um País desorganizado fazia-lhe rir. Se não era aquilo que o Membro Carlos Filipe pretendia dizer então devia explicar as coisas de outra forma. -----

-----Na sua opinião o País em si não tinha riqueza suficiente para pagar de outra forma. Era claro que haviam questões orgânico-funcionais que podiam melhorar ligeiramente a questão mas não era a raiz da questão. A raiz da questão era económica e poder de compra. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** protestou dizendo que o que defendera era a injustiça daquela medida relativamente aos outros funcionários da Câmara porque uns podiam ter acesso a esta medida e outros não. E o que seria justo era que se revisse, relativamente a todos os funcionários e a todos os graus, a questão dos pagamentos para não se usar esquemas para uns que não podiam ser

utilizados para outros. Portanto fora aquilo que dissera.-----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse que fora transmitido na reunião da Comissão que a Câmara já fizera uma exposição à ANMP sobre o conteúdo da Lei. -----

-----Disse depois que se devia ficar preocupado com legislação daquele tipo porque haviam autarquias com maiorias de outro nível e que não levavam a matéria à Assembleia Municipal. -----

-----Não estava em causa o valor a atribuir mas sim o facto de ser uma injustiça porque nem todas as autarquias iriam aplicar essa legislação, para além do outro leque de trabalhadores.-----

-----De facto sabia quem eram as pessoas, mas não era isso que estava em causa, o que dissera fora que se justificava por parte da Câmara quando fizera chegar a proposta juntar um documento dizendo que iriam atribuir as despesas de representação a x técnicos e que custaria x por mês. -----

-----**O Presidente da Câmara** disse que não estava a pensar intervir uma vez que as considerações que tinham sido feitas tinham sido de carácter político, mas o assunto, numa das reuniões da Junta Metropolitana, fora discutido e nada do que fora hoje falado servira de base naquela discussão. Todos os presidentes de Câmara da Área Metropolitana de Lisboa tinham-se regozijado pelo facto da saída da legislação e a possibilidade dos dirigentes da administração local usufruírem das despesas de representação que os da administração central já usufruíam há algum tempo. Tinha havido Câmaras que tinham deliberado pagar imediatamente, independentemente de trazerem o assunto à Assembleia Municipal. Não percebia portanto as dúvidas ali colocadas. Quanto ao facto da Câmara não ter apresentado um documento com o n.º de directores de departamento e de chefes de divisão informou que eram 4 directores de departamento e 7 chefes de divisão. Para a Câmara aquilo era irrelevante e estava certo que os Membros da Assembleia tinham conhecimento disso. Aquelas despesas tinham sido orçamentadas e aprovadas pela Câmara e Assembleia no Orçamento. Era óbvio que se ía presentear os órgãos dirigentes com mais uma verba que ía engordar o seu vencimento mensal. Quanto ao vencimento dos outros funcionários era sabido que a função pública não estava tão bem paga como deveria estar mas isso estava certo que todos os Partidos que tinham os seus deputados se deviam debruçar sobre o assunto. -----

-----Não havendo mais ninguém inscrito os trabalhos foram suspensos por breves minutos.-----

-----Recomeçados os mesmos o **Membro Miguel Bastos** disse que todo o pessoal da Administração Central e Local fora alvo de um processo de revisão do regime remuneratório rectroactivo a Janeiro de 1998 e só as chefias tinham ficado marginalizados no processo, portanto

esta legislação pretendia também um pouco equilibrar a situação de marginalidade em que se encontrava o pessoal de chefia no processo.-----

-----Não havendo mais inscrições o **Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a seguinte proposta da Câmara Municipal:** -----

-----“- Que aos Directores de Departamento e equiparados seja abonado, a título de suplemento mensal por despesas de representação, o montante de 53 200\$00, o qual será automaticamente actualizado na mesma percentagem da actualização salarial anual da função pública, conforme o previsto nos números 1 e 2 do despacho conjunto n.º. 625/99, de 3 de Agosto;-----

----- Que aos Chefes de Divisão e equiparados seja abonado, a título de suplemento mensal por despesas de representação, o montante de 33 300\$00, o qual será automaticamente actualizado na mesma percentagem da actualização salarial anual da função pública, conforme o previsto nos números 1 e 2 do despacho conjunto atrás referido; -----

----- Que se proceda à atribuição do referido abono, a partir da data da deliberação da assembleia municipal, no caso da mesma vir a ser favorável à presente proposta.” -----

-----**Submetida à votação a proposta foi aprovada, por maioria, com 12 votos a favor, do PS, e com 9 abstenções, da CDU e do PSD.**-----

-----O Membro Carlos Filipe prestou a seguinte **Declaração de Voto:** -----

-----“O Partido Social Democrata absteve-se na votação desta proposta por entender que não deve obstaculizar a concessão deste subsídio mas também como uma posição de princípio que tem a ver com o entendimento que temos da necessidade de revisão e ponderação sobre o conjunto de todos os funcionários do Estado, seja ele das autarquias locais, seja ele do poder central, por forma a que exista um quadro remuneratório de todos os funcionários sejam eles quadros, dirigentes ou indiferenciados por forma a haver justiça. Entendemos que a atribuição deste tipo de subsídio não vem simplificar nem vem dar transparência aos critérios de justiça das atribuições do Estado.”-----

-----O Membro Miguel Bastos prestou, em nome da Bancada do Partido Socialista, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

-----“A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente a aprovação da atribuição destas despesas de representação por considerar que esta medida é o culminar de um processo de revisão

e reestruturação remuneratória da Administração Central e Local em que o pessoal de chefia era o único que se encontrava marginalizado neste processo. É claro que consideramos também que todo o pessoal das autarquias deve, dentro da medida do possível e das disponibilidades económicas de cada uma, e do governo central, ser compensado da melhor forma possível e portanto enquanto tal não se verificar esta será a forma encontrada para compensar a situação de desigualdade em que se encontravam as chefias em relação aos outros sectores profissionais.” -----

-----**O Membro Carlos Afonso** prestou, em nome da Bancada da Coligação Democrática Unitária a seguinte **Declaração de Voto:**-----

-----“A CDU absteve-se nesta matéria tendo em consideração dois aspectos fundamentais do nosso ponto de vista. -----

-----Primeiro é que esta lei não comporta critérios de justiça no todo nacional e o segundo aspecto é que de facto em virtude de este não comportar critérios de justiça fez com que esta lei baixasse de novo à Assembleia da República por proposta de todos os grupos parlamentares para a corrigir.” -----

-----Não havendo mais intervenções **o Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que a reunião de líderes se realizaria na próxima Segunda-feira pelas 21:30 horas.-----

-----Encerrada a Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **Período de “Intervenção Aberta ao Público”** tendo usado da palavra o Munícipe Victor Antunes que se referiu ao problema de assistência em caso de doença aos utentes da Quinta do Conde e generalizando ao serviço nacional de saúde do Concelho de Sesimbra. -----

-----Disse que tinha grande dificuldade em marcar consulta na Quinta do Conde para a sua mãe que tinha 84 anos. Devido a muitos casos daqueles tinha sido criada uma Comissão de Utes de serviços de saúde da Quinta do Conde que estava a diligenciar no sentido de minimizar aquelas situações. Muitos utentes não tinham médico de família e tinham que se dirigir de madrugada ao serviço de saúde para tentar ser uma das 20 pessoas com acesso a consulta no mês seguinte. Na Quinta do Conde para 10 mil recenseados haviam 4 médicos e uma médica que lá ia de vez em quando. As instalações também já não davam resposta às necessidades. -----

-----Prosseguiu dizendo que o seu sogro passara 3 dias no corredor do Hospital Garcia de Orta com uma trombose juntamente com várias dezenas de doentes e esta tarde passara para uma enfermaria, o que era degradante e o levava a questionar o que é que era importante neste País se

seria o futebol e outros divertimentos.-----

-----Dos seis autarcas da Assembleia Municipal da Quinta do Conde cinco eram da maioria que suportava o Governo e não seria difícil fazer sentir a necessidade da resolução do problema na Quinta do Conde. Relativamente ao Hospital Garcia Garcia da Orta apelava a todas as Bancadas que se manifestassem por melhores condições de acesso às pessoas com doenças porque neste momento nem se podia falar em prevenção da saúde. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** disse que aquela matéria fora afluída numa das últimas sessões, de qualquer forma o apelo ficava registado.-----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que como representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Hospital Garcia da Orta e porque o Município levantara questões directamente relacionadas com a Instituição parecia-lhe pertinente dar alguns esclarecimentos.-----

-----Só para se ter uma ideia do que se passava nos serviços de urgência, considerava-se a nível mundial e europeu que o limite máximo de uma boa relação entre uma sociedade e um serviço de urgência estava numa relação de 16 para 1, o que significava que em cada 16 utentes um recorria a um serviço de urgência em termos de média anual. A relação em Portugal era de 2 para 1, o que significava que em cada dois utentes, um recorria a um serviço de urgência. Pensava que conseguia transmitir a situação de ruptura completa em que Portugal se encontrava no atendimento dos serviços de urgência. Enquanto o serviço de urgência no nosso País funcionasse numa relação daquelas era impossível qualquer tipo de informação capaz. O Hospital Garcia de Orta não fugia àquela regra. As pessoas não conseguiam disciplinar o acesso ao serviço de urgência porque só com medidas de prepotência é que o podiam fazer e como a nível local não havia capacidade de resposta nos serviços de saúde, a situação encontrava-se naquela forma conflagradora como o Município referia. Havia que haver um grande empenhamento de todos e nomeadamente da parte da administração central da correcção desta situação que se agravava pela falta de médicos com que o País se debatia devido aos números cláusulos instituídos nas faculdades de medicina e a situação tendia a agravar nos próximos anos. De qualquer forma, da sua parte enquanto representante da Assembleia junto do Hospital Garcia de Orta, tudo faria para continuar a defender os interesses dos Municípios na prestação dos cuidados de saúde a que tinham direito. -----

-----Não havendo mais inscrições, **o Presidente da Assembleia Municipal** considerou encerrado este Período. -----

----- Seguidamente, por consenso, foi solicitada a dispensa da leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura.-----

-----Nesta conformidade, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrados os trabalhos, eram zero horas e vinte minutos do dia 8 de Janeiro.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----